

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMAFI

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2023 foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAFI – biênio 2023-2024. A reunião aconteceu de forma presencial no Centro de Educação Ambiental do Iguaçu – CEAI, sendo iniciada às oito horas e quarenta e cinco minutos e presidida pelo Sr. Jorge Pegoraro, Presidente do COMAFI, com a participação dos seguintes conselheiros: Roseli Barquez Alves de Assis, Rosane Aparecida Becher Alves, Edilson Semczk, João Paulo S Lourenço, Kelly Katlyn de Paula, Lara Leal Seixas, Ana Alice Aguiar Eleuterio, Ricardo Freitas Garcia, Zulneide Rodrigues, Noely Cassini, Letícia de Quadros. Os itens de pauta foram: a) Abertura da Reunião; b) Aprovação das atas: 11ª RO biênio 2021-2022 e 1ª RO biênio 2023-2024; c) Posse dos Conselheiros do COMAFI ausentes na 1ª Reunião Ordinária; d) Câmaras Técnicas Permanentes; e) Tratativas sobre a Lei Federal nº 14.285/21; f) Assuntos gerais; g) Encerramento. Logo após a abertura da reunião, o Presidente solicita que os Conselheiros façam uma auto apresentação, em seguida, cumprindo com o primeiro e terceiro item da pauta, ou seja a posse dos Conselheiros do COMAFI ausentes na 1ª Reunião Ordinária, sendo portanto empossados os conselheiros: Kelly Katlyn de Paula da Secretaria Municipal de Fazenda, Zulneide Rodrigues da Agremiação de Associações Moradores de Foz do Iguaçu, Letícia de Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil OAB. Quanto ao item b) Aprovação das atas: 11ª RO biênio 2021-2022 e 1ª RO biênio 2023-2024, as mesmas foram aprovadas, sem alterações. Seguiu-se para o item d) da pauta: Câmaras Técnicas Permanentes: O Presidente citou a importância das Câmaras Técnicas para atender as demandas do Conselho e ressaltou que a mais requisitada é a CT de Processos Administrativos. Sugeriu modificar o mecanismo e funcionamento atual das Câmaras Técnicas Permanentes, alterando o Decreto n. 25.660 de 26 de junho de 2017 que trata do Regimento Interno do COMAFI, por questões de agilidade na análise e emissão de parecer pelo Conselho, haja vista que se encontram “parados” vários processos, sem manifestação formal. Sugere a criação de uma Comissão Especial que recomendará possíveis adequações atendendo às especificidades das várias demandas do Conselho, cita também a necessidade urgente de alteração da composição das



33 instituições do Conselho, sendo observada a necessidade de paridade. O
34 Conselheiro Marcelo Penayo de Melo expõe a dificuldade de gestão das câmaras
35 técnicas e a sobrecarga de trabalho dos conselheiros responsáveis pelas mesmas e
36 concorda com a atualização do Regimento com vistas a melhorar o funcionamento
37 das mesmas, tornando-as mais eficientes e equitativas. A Conselheira Lara Leal
38 Seixas destaca a importância de especificar melhor as funções de cada câmara e
39 diante disso, potencializar as contribuições dos participantes das mesmas, com
40 estudo e especificação das legislações pertinentes e arcabouço legal de cada CT. A
41 Conselheira Ana Alice Aguiar Eleuterio ressalta a importância da
42 interdisciplinaridade no trabalho das Câmaras e destaca que pode ser solicitado o
43 acompanhamento técnico de uma rede de apoio, bem como dos atuais Técnicos da
44 SMMA. A Conselheira Letícia de Quadros sugere diminuir o número de Câmaras
45 para equilibrar e melhorar sua eficiência, levando-se em conta que algumas têm
46 mais trabalho do que outras. O Presidente reforça a importância da criação de uma
47 Comissão Especial para análise e proposição das alterações necessárias do
48 Regimento e que a mesma apresente o resultado dos trabalhos até o mês de
49 junho/2023. Cita ainda o exemplo do Conselho do ConCidades que parece ser mais
50 ágil e eficiente. A Secretária Roseli sugere que se mantenham os trabalhos das
51 Câmaras Técnicas com demandas atrasadas, pois o retorno dos processos não
52 pode ser postergado até a conclusão dos trabalhos de alteração do atual Regimento,
53 sendo indispensável a apresentação dos pareceres da CT em plenária na próxima
54 reunião ordinária, prevista ainda para o mês de maio. Com respeito a isso, as
55 Conselheiras Letícia de Quadros e Ana Alice sugerem realizar câmaras técnicas
56 provisórias para maior agilidade e saneamento dos processos, enquanto se realiza a
57 alteração do Regimento. Ficou aprovada por unanimidade pela plenária a criação da
58 Comissão Especial para recomendações de alterações do Regimento e das
59 Câmaras Técnicas, além de outras sugestões inerentes ao tema. A Comissão de
60 análise e proposição de alteração do regimento interno será composta por: Letícia
61 de Quadros, Marcelo Penayo de Melo, Lara Leal Seixas e Roseli Barquez Alves de
62 Assis e para Câmara Técnica Temporária de Recursos Administrativos: Ana Alice
63 Aguiar Eleuterio, Ricardo Freitas Garcia, João Paulo S Lourenço, Noely Cassini, com
64 assessoria técnica de Jorge Pegoraro e da servidora da Secretaria Municipal de
65 Meio Ambiente, Engenheira Ambiental Rubyane. Em relação aos processos que



66 devem ser avaliados, pretende-se criar um grupo de mensagens instantâneas e um
67 drive onde sejam armazenados os processos que precisam ser analisados. Seguiu-
68 se para o último item da pauta: Tratativas sobre a Lei Federal nº 14.285/21. O
69 Presidente comenta que o assunto refere-se a alteração da Lei 12.651, de 25 de
70 maio de 2012, conhecida como Novo Código Florestal, que dispõe sobre a proteção
71 da vegetação nativa em área de preservação permanente no entorno de cursos
72 d'água em áreas urbanas consolidadas, ou seja aquelas áreas que atendem aos
73 seguintes critérios: a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo
74 plano diretor ou por lei municipal específica; b) dispor de sistema viário implantado;
75 c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados; d)
76 apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de
77 edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou
78 direcionadas à prestação de serviços; e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) dos
79 seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados: 1. drenagem de
80 águas pluviais; 2. esgotamento sanitário; 3. abastecimento de água potável; 4.
81 distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e 5. limpeza urbana, coleta e
82 manejo de resíduos sólidos. O Presidente segue dizendo que o município passa a
83 ter competência para legislar sobre a temática, em áreas urbanas consolidadas
84 ouvido o Conselho Estadual – CEMA e o COMAFI. Apresentado o tema o Presidente
85 lança um desafio para os Conselheiros, que seja utilizado o Córrego Águas Claras
86 como ponto de partida e exemplo para as adequações e normatizações necessárias,
87 e que o Conselho promova diálogos sobre os rios municipais, faça vistorias in loco e
88 que o tema volte à pauta de reunião do Conselho. Outro tema mencionado pelo
89 Presidente foi o Plano de Arborização Urbana de Foz e que a SMMA vem
90 elaborando (fase final) um Estudo Técnico Preliminar - ETP para elaboração de TR -
91 Termo de Referência para a contratação de empresa visando realizar o
92 levantamento e estudos necessários da arborização urbana municipal e que em
93 contato com algumas empresas, em sua maioria, não demonstraram interesse em
94 realizar o estudo, ou os valores dos orçamentos são altos, oscilando de 200 mil a
95 dois milhões de reais, assim sendo, encontra-se na fase de estudo da viabilidade
96 econômica para a contratação pretendida. Outra situação exposta seria a
97 elaboração dos estudos com o apoio de instituições como: UNILA, UNIOESTE,
98 Itaipu Binacional, entre outros. O Presidente destaca que assim que os trabalhos do



ETP forem finalizados, o assunto entrará em pauta de reunião do Conselho novamente. A Conselheira Ana Alice, aproveitando o tema, comenta sobre a importância do Plano de Arborização para o município e que para sua elaboração seja utilizado recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, pois a sua elaboração requer um grupo técnico especializado, com atribuição específica. Solicita ainda que seja realizada uma prestação de contas pela SMMA dos valores (receitas e despesas) do FMMA e do uso do ICMS ecológico do município. Neste sentido o Presidente comenta que solicitará na inclusão da pauta da próxima reunião a prestação de contas do FMMA. O Presidente socializa a participação nas audiências públicas referentes ao Bosque Guarani, Porto Seco e Praça das Aroeiras. Sem mais nada a constar, a reunião foi encerrada às onze horas e segue assinada pelos Conselheiros presentes.

Jorge Pegoraro

Roseli Barquez Alves de Assis

Rosane Aparecida Becher Alves

Edilson Semczk

João Paulo S Lourenço

Kelly Katlyn de Paula

Lara Leal Seixas

Ana Alice Aguiar Eleuterio

Ricardo Freitas Garcia

Zulneide Rodrigues

Noely Cassini Leticia de Quadros

Marcelo Penayo de Melo